



SEÇÃO: DISCURSOS DISCRIMINATÓRIOS COMO FRATURA DA SOCIEDADE BRASILEIRA

Base Nacional Comum Curricular: uma análise biopolítica e polifônica

Common National Curricular Base: a biopolitical and polyphonic analysis

Base Nacional Común Curricular: un análisis biopolítico y polifónico

Geraldo Antonio da Rosa¹

orcid.org/0000-0002-1193-7910
garosa6@ucs.br

Tânia Maris de Azevedo¹

orcid.org/0000-0002-0499-356X
tmazeved@ucs.br

Recebido em: 16/07/2022
Aprovado em: 17/10/2022
Publicado em: 29/11/2022.

Resumo: Este artigo traz à discussão duas perspectivas de análise discursiva que propomos como complementares e interdependentes: a visão biopolítica e o olhar semântico-polifônico. Nossa proposta constitui-se uma experiência de aproximação, guardadas as diferenças teóricas, da Filosofia e da Semântica Linguística aplicadas à Educação. Dado o contexto educacional do Brasil frente à implementação da Base Nacional Comum Curricular, elaboramos uma análise biopolítica e semântico-polifônica dos objetivos da BNCC. Começamos por examinar o documento no contexto biopolítico educacional e, na sequência, submetemos os enunciados que expressam seus objetivos no documento à descrição polifônica do sentido. Ambos os eixos de análise visam pôr à mostra o que está pressuposto e, portanto, não explicitado no discurso da BNCC. Ao fim, pensamos ter demonstrado como esses dois referenciais podem ser usados de forma integrada, para alertar sobre a necessidade de uma leitura e a consequente compreensão que transcenda os limites do texto manifesto e busque os ditos mais ou menos velados de um documento de importância substancial para a educação no Brasil contemporâneo.

Palavras-chave: Base Nacional Comum Curricular (BNCC); exame biopolítico; análise semântico-polifônica.

Abstract: This article brings to the discussion two perspectives of discursive analysis that we propose as complementary and interrelated: the biopolitical view and the semantic-polyphonic view. Our proposal constitutes an experience of approximation, keeping the theoretical differences, of Philosophy and Linguistic Semantics, applied to Education. Given the educational context of Brazil facing the implementation of the Common National Curricular Base, we prepared an analysis of the biopolitics and semantic-polyphonic purposes of BNCC. We start investigating the educational biopolitical context and, in sequence, submit the statements that express its objectives in the document to polyphonic description of meaning. Both axes of analysis aim to highlight what is presupposed and, therefore, not explicit in the speech of BNCC. After all, we think we have demonstrated how these two references that can be used in an integrated way, warning about the reading needs and the consequent understanding that transcends the limits of the manifest text and take the more or less veiled sayings of a document of substantial importance for education in contemporary Brazil.

Keywords: Common National Curricular Base (BNCC); biopolitical examination; semantic-polyphonic analysis.

Resumen: Este artículo trae a discusión dos perspectivas de análisis discursivas que proponemos como complementarias e interdependientes: la visión biopolítica y la mirada semántico-polifónica. Nuestra propuesta se constituye en una experiencia de aproximación, salvando las diferencias teóricas, de la Filosofía y de la Semántica Lingüística aplicadas a la Educación. Dado el contexto educacional de Brasil frente a la implementación de la Base Nacional Común Curricular, elaboramos un análisis biopolítico y semántico-polifónico de los objetivos de la BNCC. Comenzamos mirando el documento en contexto biopolítico, educa-



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

¹ Universidade de Caxias do Sul (UCS), Caxias do Sul, RS, Brasil

tivo y, posteriormente, presentamos los enunciados que expresan sus objetivos en el documento a la descripción polifónica del significado. Ambos ejes de análisis tienen como objetivo poner en consideración lo que está presupuesto y, por tanto, no explícito en el discurso de la BNCC. Al final, creemos que hemos demostrado cómo estas dos referencias se pueden utilizar de forma integrada para alertar sobre la necesidad de una lectura, y la consecuente comprensión, que trascienda los límites del texto manifiesto y que busque lo más o menos velado de un documento de sustancial importancia para la educación en el Brasil contemporáneo.

Palabras clave: Base Curricular Nacional Común (BNCC); examen biopolítico; análisis semántico-polifónico.

Introdução

Uma das grandes preocupações vivenciadas no cenário educacional na contemporaneidade, mormente na educação brasileira, diz respeito à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), instrumento das políticas públicas em Educação que apontam diretrizes relacionadas à Educação Básica. De maneira quase semelhante às demais políticas, a Base mostra-se aos olhos dos que laboram no cotidiano educacional, praticamente de maneira dogmática, tornando-se angustiante para os educadores que, na maioria das vezes, sentem certa dificuldade em entender a matriz epistemológica da proposta. Nesse contexto, passa a ser comum (e até banal) uma preocupação sobre o *como fazer*, uma vez que muitos dos processos de formação não conseguem alavancar para além desse horizonte.

Esse ambiente apresenta-se paradisíaco, por um lado, deixando certa forma de olhar para a concretização de um cenário utópico de soluções imensuráveis à problemática educacional. Por outro lado, mostra-se um sentimento apocalíptico, no sentido de que as mudanças propagadas fazem parte de um cenário repetido sob formas travestidas sazonalmente. Vivemos numa época caracterizada pela ritualização burocratizada imposta (e típica) pelas forças econômicas globocolonizadoras. Tempos que são uma espécie de antídoto à revolução. De acordo com Melo (2013, p. 1218) citando Foucault (2002):

[...] os documentos retomam dois enfoques centrais do biopoder: a noção de população

(problema a um só tempo político, científico, biológico e de poder) e o estabelecimento de "mecanismos reguladores" que, nessa população global com seu campo aleatório, vão poder fixar um equilíbrio, manter uma média, estabelecer uma espécie de homeostase, assegurar compensações.

Embora o autor tenha direcionado seu pensamento para a área da educação em saúde, buscamos trilhas paralelas, trazendo elementos de sua investigação para o cenário das políticas públicas em relação à Educação Básica. Destacamos que este universo se encontra envolvido pelas capilarizações da biopolítica na contemporaneidade.

Neste artigo, a categoria *biopolítica* será considerada uma lente fundamental juntamente com os fundamentos da Semântica Argumentativa – mais especificamente os da Teoria da Polifonia –, para visualizarmos a partir de outros horizontes e analisarmos práticas discursivas e elementos linguísticos presentes nos objetivos da Base Nacional Comum Curricular.

Nessa direção, compete-nos discutir a categoria *biopolítica*, a partir do pensamento foucaultiano, que coloca a vida dos viventes que passam por processos de disciplinarização dos corpos, tornando-os dóceis em um contexto de dominação capitalista. A partir de então, numa perspectiva de técnicas de governamentalidade se exerce controle da população por meio do biopoder, e a vida *bíos* e *zoé* entra de maneira tanto positiva quanto numa cisão negativa no universo da biopolítica, cada vez mais capilarizando-se nos diferentes acontecimentos da humanidade. A partir desse cenário, como dispositivo normatizador biopolítico, podemos nos arriscar a inserir a Base Nacional Comum Curricular. Melo (2013, p. 1220), por sua vez, adverte:

Pode-se observar que, embora os protocolos e padrões que normatizam o tratamento desses indivíduos sejam direcionados a um fenômeno populacional, coletivo – uma biopolítica da espécie humana –, seu objetivo último é atingir, capilarmente, os corpos individuais.

Com base em tudo isso, pretendemos com este trabalho buscar outros horizontes, com dife-

rentes olhares, a respeito do cenário educacional na contemporaneidade, palco de construção da Base Nacional Comum Curricular. Entretanto, não se pode assumi-la sob a perspectiva de um arcabouço pedagógico salvacionista, uma vez que esse documento se encontra imbricado contextualmente num complexo cenário onde as políticas públicas são traçadas de forma verticalizada, sob a égide das políticas internacionais ligadas a um ideário de globalização.

Não se pode, de maneira alguma, deixar de mencionar que os processos de produção, objetivação e subjetivação, que transformam as políticas públicas em um acontecimento, trazem profundas marcas do âmbito político. O autor tece o seguinte comentário:

Tudo é político, mesmo na composição da mais ínfima partícula existe uma política molecular que se reflete na própria sociedade para desmanchar as formas macroscópicas de poder" (do Estado, mas também do sujeito em suas relações com a natureza, em que ele é o "mestre e proprietário" e do sujeito nas relações com o outro e dos sujeitos nas relações com o outro, em que é ou o "mestre" ou o "escravo") (LAZZARATO, 2006, p. 29-30, grifo do autor).

Vivenciamos, nas últimas décadas do século XX e nestas primeiras do século XXI, uma dinâmica marcada pelas relações com o outro que nos faz mestres ou escravos. Nesse contexto ocorreram alguns avanços, estagnações e retrocessos diante da realidade social, política e econômica.

1 Base Nacional Comum Curricular: um dispositivo biopolítico no cenário educacional

Em um certo horizonte de produção de políticas públicas, insere-se a construção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Obviamente, os mecanismos de produção desse processo foram marcados pela lógica do capital e pela produção de subjetividades e rupturas, voltado a, de forma maquiada, apresentar-se midiaticamente como propulsor de grandes avanços.

Em outras palavras, o currículo e demais objetos escolares puderam ser considerados como elementos centrais na produção da subjetividade moderna, em meio à configuração

específica das práticas e dos discursos das instituições educacionais (CESAR, 2010, p. 224).

A partir do posicionamento da autora, podemos considerar a BNCC um dispositivo, um artefato biopolítico.

Agamben (2005, p. 1) faz a seguinte explicação de dispositivo:

É um conjunto heterogêneo, que inclui virtualmente qualquer coisa, linguístico e não-linguístico no mesmo título: discursos, instituições, edifícios, leis, medidas de segurança, proposições filosóficas etc. O dispositivo é em si mesmo a rede que se estabelece entre estes elementos.

Portanto, desde uma perspectiva biopolítica, a Base Nacional Comum Curricular insere-se como um dispositivo biopolítico, visto que, segundo o autor, cumpre uma função estratégica e encontra-se inserida em relações de poder.

Prosseguindo na análise do cenário biopolítico: na contemporaneidade, vida e morte fazem parte de uma nova relação de poder, diverso do poder soberano do Império Romano na antiguidade. Em uma de suas conferências proferidas no Brasil, na Universidade de São Paulo, em 2008, Peter Pál Pelbart, destaca que, no cenário biopolítico em que nos encontramos, a vida tem sido tomada de assalto, isto é, os mecanismos de poder penetraram nas diferentes esferas da existência.

Desde os gens, o corpo, a afetividade, o psiquismo, até a inteligência, a imaginação, a criatividade, tudo isso foi violado, invadido, colonizado, quando não diretamente expropriado pelos poderes, quer se evoquem as ciências, o capital, o Estado, a mídia. Os mecanismos diversos pelos quais tais poderes se exercem são anônimos, esparramados, flexíveis, rizomáticos (PELBART, 2008).

A partir desse posicionamento de Pelbart, podemos voltar a antigos/novos questionamentos: que significa *educar* hoje? Quem *educamos*? Por que *educamos*? Para quê e para quem *educamos*? Longe de clichês e chavões ingênuos que muitas vezes se acham de certo modo objetivados e subjetivados arraigadamente nos discursos e nas práticas pedagógicas, existe uma certa expropriação intencional. E, mais uma vez, de

maneira contundente, podemos considerar que as políticas e diretrizes educacionais podem carregar elementos dessas expropriações de modo visível ou invisível.

Se antes ainda imaginávamos ter espaços preservados da ingerência direta dos poderes (o corpo, o inconsciente, a subjetividade), e tínhamos a ilusão de preservar em relação a eles alguma autonomia, hoje nossa vida parece integralmente subsumida a tais mecanismos de modulação da existência (PELBART, 2008).

De acordo com Bazzicalupo (2016, p. 43), podemos observar que, diante dos múltiplos fenômenos contemporâneos, a vida encontra-se implicada diretamente no poder, ou seja, pela primeira vez na história da humanidade, o biológico passa a fazer parte das tecnologias de governamentalidade: "Se evidenciará su nexo flerte con el neodarwinismo y con una imposición tecnocrática y humanística del discurso sobre la vida en el interior de los paradigmas sociobiológicos".

Segundo a autora, a partir dos pressupostos foucaultianos, houve uma ampliação de estudos a respeito da categoria biopolítica do Estado pensado a partir de uma perspectiva social, em direção às fórmulas da governança dos viventes em âmbito econômico e político. Essa ótica aponta na direção dos processos de transformação deste Estado e do capitalismo nas sociedades de controle "tardoliberales". "El concepto es repensado en el nuevo contexto del capitalismo cognitivo donde se produce ambiguas subjetivaciones, entre persistencias heterónomas y espacios del autonomía (BAZZICALUPO, 2016, p 44). Portanto, de certa maneira, pode-se observar que a construção de políticas públicas em educação, num diálogo entre a Teoria da Polifonia e a análise de dispositivos veiculados como diretrizes, porém assumidos como normatizadores, nos levam a partir das reflexões da biopolítica, a asseverar concordando com Bazzicapulo (2016, p. 50):

El análisis biopolítico ilumina críticamente el ejercicio del poder presente en aquellos dispositivos morales y jurídicos que legitiman y

organizan la acción normativa sobre la vida, discursos biojurídicos e bioéticos que pivotan sobre la naturaleza de los vivos para estructurar la intervención política.

A BNCC pode ser considerada um dispositivo que foi construído, como comumente é divulgado, com uma ampla participação dos educadores e das instituições de ensino. Entretanto, observa-se que esse recurso de *marketing*, normalmente se faz presente como uma forma de escamotear e legitimar políticas públicas que trazem de forma subliminar outras verdades. Portanto, a apresentação do documento introdutório da Base² possibilita uma análise biopolítica e polifônica, do porquê e para quê deste instrumento:

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica" (BRASIL, 2020, p. 7).

Torna-se interessante ressaltar que essa política curricular se mostra como um documento normatizador e definidor de "aprendizagens essenciais", destacando-se o caráter prescritivo afirmado pelo adjetivo "normatizador" e reiterado pelo uso do verbo *dever* em "que todos os alunos *devem* desenvolver". A partir dessas premissas, cabe-nos interrogar: num país de dimensão continental, com diferentes peculiaridades, quais são os conteúdos essenciais que os alunos "devem" desenvolver? A partir de quais referenciais epistemológicos são definidos esses conteúdos norteadores no processo de construção desse documento? Tentando analisar o discurso, Foucault (2008, p. 28) assim observa:

O discurso manifesto não passaria, afinal de contas, da presença repressiva do que ele diz; e esse não-dito seria um vazio minando, do interior, tudo que se diz. O primeiro motivo condena a análise histórica do discurso a ser busca e repetição de uma origem que escapa a toda de um já-dito que seria, ao mesmo tempo, um não-dito.

Seguindo esta linha de raciocínio, procuramos

² Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 3 abr. 2022.

nos arriscar a trazer uma metáfora, explicitada por Foucault em sua obra "Verdade e as formas jurídicas": o *panopticon*. Será que a Base Nacional Comum Curricular, ao invés de uma quimera de educação igualitária, não é uma torre rodeada por construções circulares a serem vigiadas e punidas, mais como espaço de um poder normatizador e de vigilância, ou seja, de manutenção de um *status quo*; uma educação marcada por políticas que cristalizam a dicotomia no sentido de oferecer uma educação rica para os abastados e uma escola pobre para os pobres? De acordo com Foucault (2002, p. 87, grifo do autor):

O panoptismo é uma forma de utopia de uma sociedade e de um tipo de poder que é, no fundo, a sociedade que atualmente conhecemos – utopia que efetivamente se realizou. Este tipo de poder pode perfeitamente receber o nome de panoptismo. Vivemos em uma sociedade onde reina o panoptismo.

Esse cenário de governança e de panoptismo pode ser ampliado com o pensamento de Lazzarato (2014), em sua obra *Signos, Máquinas e Subjetividades*. Nesta produção, no seu primeiro capítulo, o autor aborda a produção de subjetividade e a ruptura política. De acordo com o autor (comentando sobre um seminário de Félix Guatari, na década de oitenta do século passado), a maior crise que atingia o ocidente desde a década de setenta não era a crise econômica, mas a crise de subjetividades. Acreditamos que, no universo educacional, nossos olhares, de certa maneira, ainda se encontram influenciados por um certo cartesianismo e um pensamento dicotômico. As políticas públicas, de maneira geral, aparecem em um universo marcado por um certo dogmatismo. Dogmatismo este presente em um Estado provedor do bem comum. Entretanto, poucos são os escritos que se encorajam no sentido de verificar que produção de subjetividades e que rupturas estão presentes em documentos sacralizados, como na Base Nacional Comum Curricular.

Prosseguindo, Lazzarato (2014) relata que a Alemanha e o Japão saíram arrasados da Segunda Guerra Mundial, o que os levou, na contemporaneidade, a galgarem o patamar de grandes potências econômicas. No entanto, uma das

interrogantes advindas dessa análise pode trilhar por meio da seguinte pergunta: qual a explicação para este milagre econômico? Conforme Lazzarato (2014, p. 13): "Eles reconstruíram um prodigioso 'capital de subjetividade' (capital na forma de conhecimento, inteligência coletiva, vontade de sobreviver etc.). De fato, eles inventaram um novo tipo de subjetividade a partir da própria devastação". Esses processos de produção de subjetividades possibilitaram a emergência de uma multiplicidade de processos criativos, porém, alguns deles, com potencial altamente alienante.

Esse pensamento nos leva a refletir sobre que subjetividades se produzem em um contexto riquíssimo nos seus múltiplos aspectos, porém continuamente devastado, saqueado e colonizado como é o Brasil. Compete-nos interrogar: que elementos "invisibilizados" estão presentes em termos de produção de subjetividades em documentos nacionais, em especial a Base Nacional Comum Curricular?

Diante de cenários em que as políticas neoliberais e novas formas de pensar na contemporaneidade adentram nossos países e se materializam por meio de diversos dispositivos (dentre os quais, políticas educacionais), é imperioso lançar a seguinte problematização: que subjetividade e que ruptura se constroem a partir de uma política pública que homologa uma Base Nacional Comum Curricular? Percebemos que as lentes de uma análise do cenário biopolítico na contemporaneidade, associada a uma concepção polifônica do sentido do discurso, podem ser instrumentos para uma análise diferenciada diante de projetos e processos que trazem "o empobrecimento da existência trazido pelo 'sucesso' do modelo empreendedor" (LAZZARATO, 2014, p. 13). Nesse emaranhado campo de sujeição social, necessário se faz que busquemos um certo estranhamento:

é essencial entender que as subjetividades e as subjetivações que o capitalismo produz são feitas para a "máquina". Não primordialmente para a "máquina técnica", mas para a "máquina social", para a "megamáquina", como Lewis Mumford a denomina: o que inclui a máquina técnica como um dos seus produtos (LAZZARATO, 2014, p. 18, grifo do autor).

Verifica-se, então, os diferentes processos de subjetivação, apontados pelo autor como um duplo cinismo: um cinismo humanista, por um lado, o qual determina que os sujeitos são alienados; e, por outro, um certo cinismo desumanizante, que não faz mais distinção entre humano e não humano, sujeito e objeto, palavras e coisas.

2 Um discurso, várias vozes: o olhar polifônico

Passemos agora à visão polifônica do discurso, que expressa, no próprio documento, os objetivos da BNCC. Antes da análise, porém, faz-se necessário apresentar, mesmo que brevemente, a Teoria da Polifonia, de Oswald Ducrot.

Oswald Ducrot, pesquisador francês da *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS) de Paris, é o fundador da Teoria da Argumentação na Língua, na década de 70, do século XX. Essa é uma teoria semântica alicerçada pelos pressupostos teórico-metodológicos de Ferdinand de Saussure, este considerado o criador da ciência Linguística.

Inserida no escopo da Teoria da Argumentação na Língua (TAL), a concepção polifônica do sentido, intitulada Teoria da Polifonia (TP), é uma resposta à crítica feita por Ducrot (1987) à unicidade do sujeito falante, postulado comum nas demais teorias linguísticas até então desenvolvidas, ou seja, o axioma de que apenas um sujeito, o autor, é o responsável pelo conteúdo semântico de um discurso³ produzido.

Torna-se necessário aqui um parêntese para dizer que a polifonia linguística elaborada por Ducrot (1987) difere totalmente da noção de *polifonia* proposta por Bakhtin, já pelo fato de a primeira ser essencialmente linguística, isto é, de estar presente no sistema linguístico e ser atualizada, realizada, em qualquer discurso produzido em uma dada língua.

De volta à TP, o que propõe Ducrot (1980⁴)

para superar o primado do sujeito único é que um discurso seja constituído por várias "vozes" ou pontos de vista, já previstos no próprio sistema linguístico e concretizados em um discurso por um *locutor* que busca nesse sistema os *enunciadores* a serem atualizados para a constituição do sentido no discurso produzido. Assim, Ducrot (1987, p. 163) diz que não "se trata mais do que se faz quando se fala, mas do que se considera que a fala, segundo o próprio enunciado⁵, faz".

Vamos a um exemplo que, talvez, torne mais clara a proposta ducrotiana. Consideremos o discurso de apresentação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e analisemos seu primeiro parágrafo:

Ao homologar a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, o Brasil inicia uma nova era na educação brasileira e se alinha aos melhores e mais qualificados sistemas educacionais do mundo⁶.

Nesse parágrafo, o locutor, que, conforme já dito, não é o autor, mas o ser do discurso responsável pelo sentido construído, mobiliza, desde o sistema linguístico, enunciadores (pontos de vista), dentre os quais os seguintes:

a BNCC foi homologada
a BNCC destina-se à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental
o Brasil dá início a uma nova era na educação existem sistemas educacionais melhores e mais qualificados do que o do Brasil
o Brasil, na era anterior à BNCC, não estava alinhado aos melhores e mais qualificados sistemas educacionais do mundo
a BNCC é a responsável pelo alinhamento do Brasil aos melhores e mais qualificados sistemas educacionais do mundo⁷.

É preciso entender que todos esses pontos de vista não estão explicitados no fragmento de discurso em questão, no entanto, é de fundamental importância que o leitor os identifique e compreenda, para que possa (re)constituir

³ *Discurso*, no âmbito deste artigo é entendido como qualquer unidade semântico-linguística escrita passível de ser compreendida por quem a ler.

⁴ Ano de publicação da obra *Les mots du discours*, na qual Ducrot lança a primeira versão da Teoria da Polifonia.

⁵ O que Ducrot refere aqui como *enunciado* pode ser entendido como *discurso* neste estudo.

⁶ Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 3 abr. 2022.

⁷ Idem.

efetivamente o sentido do discurso lido. Esses pontos de vista aí estão porque são constitutivos da própria língua utilizada para a produção do discurso, não havendo necessidade de fazer inferências muitas vezes não autorizadas pelo próprio discurso, ou seja, que não encontram suporte linguístico que as permita.

Uma leitura proficiente requer do sujeito leitor a compreensão do que está dito no discurso, não necessariamente de modo explícito. No fragmento que transcrevemos, o locutor, ao afirmar que *Ao homologar a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o Brasil [...] se alinha aos melhores e mais qualificados sistemas educacionais do mundo*, por exemplo, traz junto do que está posto, um ponto de vista que afirma a existência de outros sistemas educacionais melhores e mais qualificados do que o do Brasil; e quando menciona que, com a homologação da BNCC, se realiza tal alinhamento, diz, igualmente, que o documento que registra a BNCC (já que só ele pode ser "homologado") é o promotor do alinhamento do Brasil com o que há de melhor e mais qualificado em termos de educação no mundo. Do ponto de vista da biopolítica, a partir da análise polifônica voltada à compreensão do não explicitado, é possível ver que tal fragmento carrega elementos de uma tecnologia de poder que justifica a BNCC com a finalidade de o Brasil vir a desfilar na passarela dos melhores e mais qualificados sistemas educacionais do mundo, desconsiderando a partir de qual ou quais referenciais.

Chega a ser temerário pensar que um documento por si só possa realizar o que acabamos de analisar polifonicamente, além de menosprezar, de pronto (uma vez que se trata do primeiro parágrafo do referido documento), todo o trabalho da comunidade escolar para qualificação do sistema educacional brasileiro. Faz-se mister perceber que o uso de um termo – *homologar* – traz ao leitor efetivamente proficiente a informação de que o governo federal reduz a qualificação da educação no Brasil a um documento, desconsiderando todo o contexto em que o sistema educacional se insere, quer no território nacional, quer nos demais países com o qual pretende se equiparar.

Parece até que a educação se desvincula totalmente de todos os demais aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais de uma nação, e que a qualificação desse sistema independe de outras (senão de todas as) decisões implementadas pelo Estado. Por outro lado, torna-se, de certa maneira, palpável que a BNCC possa ser um dispositivo disciplinarizador, de biopoder e biopolítico.

Bem, voltemos à Teoria da Polifonia. Na sequência, após propor a mobilização de diversos pontos de vista pelo locutor para a constituição do sentido de um discurso, Ducrot (1987, 1990) explica que o locutor se posiciona em relação a cada *enunciador* que concretiza no discurso. Assim, o locutor pode *aceitar*, *rejeitar* ou *assumir* cada ponto de vista mobilizado. No exemplo acima, podemos ver que o locutor aceita os pontos de vista *a*, *b*, *c*, *d*, *e*, e assume *f*. Essa posição do locutor, em relação a cada ponto de vista por ele realizado, permite ao leitor descobrir o sentido do discurso em questão e compreender tudo o que está dito, sem estar necessariamente explicitado nos enunciados e cuja interconexão constituem essa unidade semântica de nível complexo.

Assim, com a finalidade de entendermos melhor os objetivos da Base Nacional Comum Curricular, faremos a análise polifônica do trecho que expressa tais objetivos, o qual está na página 8 do documento introdutório da BNCC e é transcrito na sequência.

Nesse sentido, espera-se que a BNCC ajude a superar a fragmentação das políticas educacionais, enseje o fortalecimento do regime de colaboração entre as três esferas de governo e seja balizadora da qualidade da educação.

Do segmento transcrito, extraímos os três objetivos expressos:

- a) ajude a superar a fragmentação das políticas educacionais;
- b) enseje o fortalecimento do regime de colaboração entre as três esferas de governo;
- c) seja balizadora da qualidade da educação.

A seguir, procedemos à explicitação dos pontos de vista (PV) inscritos em cada um desses objetivos, assim como das atitudes do locutor,

no que diz respeito a cada enunciador atualizado.

O(1) – ajudar superar a fragmentação das políticas educacionais

PV₁: as políticas educacionais são fragmentadas;

PV₂: a BNCC é uma política educacional;

PV₃: ajudar superar a fragmentação das políticas educacionais é um dos objetivos da BNCC;

PV₄: é preciso superar a fragmentação das políticas educacionais;

PV₅: as demais políticas educacionais não ajudaram a superar a fragmentação das políticas educacionais;

PV₆: sozinha a BNCC não consegue superar a fragmentação das políticas educacionais.

Em O(1), percebe-se que o locutor (L) assume PV₃ e aceita os demais pontos de vista. O que essas atitudes de L manifestam em relação ao sentido do primeiro objetivo da Base?

Vejamos: o primeiro objetivo estabelecido para a BNCC evidencia que ela tem o *status* de política educacional não fragmentada como as demais e que está destinada a auxiliar na superação do desmembramento percebido nas políticas vigentes. No entanto, vale destacar, a BNCC unicamente não será capaz de vencer essa desagregação, uma vez que tem por finalidade "ajudar" em tal empreendimento, e não o realizar.

Comparado ao primeiro exemplo, percebe-se que o discurso muda de tom, pois, no primeiro, a simples homologação do documento que registra a BNCC já bastaria para qualificar a educação brasileira. Será essa uma contradição, uma retratação ou apenas um desconhecimento do que se diz ao dizer? Apostamos na terceira possibilidade.

Agora, vamos analisar polifonicamente o segundo objetivo da BNCC.

O(2) – ensinar o fortalecimento do regime de colaboração entre as três esferas de governo

PV₁: há esferas de governo;

PV₂: há um regime de colaboração entre as três esferas de governo;

PV₃: o regime de colaboração entre as três

esferas de governo não é forte;

PV₄: a BNCC tem como um de seus objetivos ensinar o fortalecimento do regime de colaboração entre as três esferas de governo.

Nesse objetivo, o locutor L põe em cena quatro pontos de vista (sendo que assume PV₄ e aceita os demais) que evidenciam o verdadeiramente dito, asseverado, na formulação de tal objetivo. É o caso do PV₂, que admite a existência de colaboração entre os âmbitos de governo que gerenciam a educação, presumidamente o federal, o estadual e o municipal. Entretanto, o PV₃, igualmente manifesto, demonstra que a referida colaboração não é, como se poderia imaginar, suficientemente forte, ou seja, trata-se de uma colaboração que deixa a desejar. Para a superação dessa carência constatada e afirmada, é atribuída à Base Nacional Comum Curricular a finalidade de possibilitar o fortalecimento desses laços de contribuição.

Interessante perceber que, novamente, um documento de nível federal é julgado capaz de, por uma normalização em prol da unificação dos currículos de todas as "esferas de governo" responsáveis pela Educação Básica, fortalecer uma relação de auxílio mútuo. Tal julgamento revela, mais uma vez, uma aproximação ou à demagogia dos discursos do Estado no que tange à educação, ou a uma utopia desmedida própria de uma ingenuidade irônica e dissimulada. Não faremos aqui nenhuma aposta em uma ou outra opção, porque, na verdade, parecem ser complementares.

Convidamos o leitor a examinar o sentido do terceiro objetivo da BNCC, constituído pelo confronto de vozes que os pontos de vista nele são desvelados⁹ pela análise polifônica.

O(3) – ser balizadora da qualidade da educação

PV₁: a educação precisa ter qualidade;

PV₂: a qualidade da educação não tem um balizador;

PV₃: a qualidade da educação precisa de um documento que a parametrize;

⁹ Não há como deixar de comentar a pertinência desse termo para referir o que fez a análise polifônica dos objetivos da BNCC. Note-se que, suprimindo o prefixo *des*, o termo *velados* referenda o que até aqui dissemos pelo viés biopolítico e polifônico pelos quais "olhamos" o documento supramencionado.

PV₄: ser balizadora da qualidade da educação é um dos objetivos da BNCC.

Quanto às atitudes do locutor L no objetivo O(3), constata-se que assume o PV₄ e aceita os PV₁, PV₂ e PV₃.

O enunciado desse terceiro objetivo realiza discursivamente quatro pontos de vista cujo foco é a qualidade da educação. Saliente-se que a necessidade evidenciada pelos três primeiros PVs e que dá origem à formulação do objetivo é a de que a qualidade da educação precisa ser "balizada", demarcada, fixada por parâmetros que uma Base Nacional Comum Curricular tem por finalidade estabelecer. O PV₂ sinaliza a não existência de um "balizador" nacional e nos impele a perguntar sobre a anulação do que foi feito até então nas "três esferas de governo" mencionadas no primeiro objetivo, incluindo os Parâmetros Curriculares Nacionais (sem emitir neste momento qualquer juízo de valor sobre sua validade, legitimidade e mesmo o êxito de suas propostas didático-pedagógicas).

Além disso, será possível, como quer explicitamente o objetivo em questão, estabelecer um único documento capaz de "balizar" a qualidade de educação em um país continental (com toda a diversidade que esse adjetivo implica) como o Brasil?

Bem, o que tentamos mostrar brevemente neste estudo foi quantos pontos de vista um discurso pode conter e manifestar, e o quão imprescindível é a percepção e a compreensão deles, para que se possa efetivamente (re)constituir o sentido de tal discurso por meio de uma leitura atenta e, de fato, crítica. Some-se a isso a premência de análises da conjuntura educacional brasileira fundamentadas também no aspecto linguístico dos discursos formulados sobre ela.

Por último e ratificando, mais uma vez a validade científica da Teoria da Polifonia, de Oswald Ducrot, para uma compreensão leitora mais qualificada dos discursos que compõem nossa vida em sociedade, convém notar que o exame dos objetivos da BNCC, feito aqui somente a título de exemplo, confirma, sustenta e consolida a análise biopolítica realizada no início deste artigo.

Trata-se, novamente, da linguagem permeando, alicerçando e norteando a existência humana no contexto das interações sociopolíticas. Como muito bem diz Émile Benveniste (1988), em seu *Problemas de Linguística Geral I*, o homem se faz sujeito *na* e *pela* linguagem.

Considerações finais

Este trabalho foi construído com base em investigações resultado de nossa trajetória acadêmica e profissional. Começamos em um momento de incertezas e estamos (in)concluindo em um momento de um futuro igualmente incerto. Temos uma profunda sensação da perda de determinados referenciais. Entretanto, nossas pesquisas prosseguirão analisando o atual momento a partir de referenciais teóricos como os da biopolítica e da concepção polifônica do sentido.

Em tempos da pandemia do COVID-19, observa-se que o universo educacional se vê imerso num cenário de crises. Nesse contexto, ousamos nos arriscar a dizer que os mecanismos de uma biopolítica negativa e dos referenciais teóricos da polifonia linguística servem como horizonte para uma reflexão, embora com os limites próprios das teorias que se pretendem científicas.

No que diz respeito à Base Nacional Comum Curricular, embora desprovida de um maior aprofundamento epistemológico, o documento segue a mesma trilha na mesma direção de grande parte das políticas educacionais horizontalizadas. Intencionalmente ou não, a BNCC pode ser, de certa forma, considerada como dispositivo biopolítico, como técnica de aparelho de governamentalidade. Trabalhar via interface biopolítica e polifônica inaugura de certa maneira, novas perspectivas de análise das políticas públicas, de maneira especial, às voltadas à educação.

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. *Dispositivo*. Florianópolis: Ilha de Santa Catarina, 2005 (conferência).
- BAZZICALUPO, Laura. *Biopolítica: un mapa conceitual*. Tradução de Daniel J. García López. Roma: Melusina, 2016.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral I*. Campinas, SP: Pontes, 1988.

BRASIL; MEC. *Base nacional comum curricular*: educação é a base. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 3 maio. 2020.

CÉSAR, Maria Rita de Assis César. (Des)governos...: biopolítica, governamentalidade e educação. *ETD – Educação Temática Digital*, Campinas, v. 12, n. 1, p. 224-241, dez. 2010.

DUCROT. *Les mots du discours*. Paris: Minuit, 1980.

DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Campinas, SP: Pontes, 1987.

DUCROT, Oswald. *Polifonía y argumentación* – conferencias del seminario Teoría de la Argumentación y Análisis del Discurso. Cali: Universidad del Valle, 1990.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002.

LAZZARATO, Maurizio. *Signos, Máquinas, Subjetividades*. São Paulo: SESC, 2014.

LAZZARATO, Maurizio. *As Revoluções do Capitalismo*. Tradução de Leonora Corsini. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MELO, Lucas Pereira de. Análise biopolítica do discurso oficial sobre educação em saúde para pacientes diabéticos no Brasil. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 22, n. 4, p.1216-1225, 2013.

PELBART, Peter Pál. *Vida e morte em contexto de dominação biopolítica*. Conferência proferida no dia 3 de outubro de 2008, no Ciclo "O Fundamentalismo Contemporâneo em Questão", organizado pelo Instituto de Estudos Avançados (IEA) da USP.

Geraldo Antonio da Rosa

Doutor em Teologia: Religião e Educação pela EST-RS, em São Leopoldo, RS, Brasil; pós-doutorado em Humanidades pela Universidade Carlos III-ES. Docente pesquisador do Programa de Pós-graduação em Educação na Universidade de Caxias do Sul, em, Caxias do Sul, RS, Brasil.

Tânia Maris de Azevedo

Doutora em Letras – Linguística Aplicada – pela Pontifícia Universidade Católica Do Rio Grande do Sul (PUCRS), em Porto Alegre, RS, Brasil. Professora do corpo permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação – mestrado – e do Curso de Letras da Universidade de Caxias do Sul (UCS), em Caxias do Sul, RS, Brasil.

Endereço para correspondência

Geraldo Antonio da Rosa/ Tânia Maris de Azevedo
Universidade de Caxias do Sul
Rua Francisco Getúlio Vargas, 1130
Petrópolis, 95070-560
Caxias do Sul, RS, Brasil

Os textos deste artigo foram revisados pela Poá Comunicação e submetidos para validação do(s) autor(es) antes da publicação.